



SUMÁRIO EXECUTIVO

TRABALHO, EMPREGO E RENDA TRANS NO PARÁ

ESTUDO SOBRE O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO
DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NO ESTADO DO PARÁ

BELÉM/PA - 2025



Programa de
Empregabilidade
e Formação
LGBTI+
no ICJ

01.

CONTEXTO DA PESQUISA

O relatório apresenta os resultados do estudo “Trabalho, Emprego e Renda Trans”, que investigou o acesso de pessoas transgêneras ao mercado de trabalho no estado do Pará. A pesquisa foi realizada dentro do Programa de Ações de Empregabilidade e Formação LGBTQI+ do ICJ-UFPA.

02.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

O estudo foi conduzido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, com financiamento do Ministério Público do Trabalho no Pará e da Organização Internacional do Trabalho.

03.

OBJETIVO DO ESTUDO

A pesquisa teve como foco a coleta e análise de dados sobre ocupação, renda e escolaridade de pessoas trans residentes em seis mesorregiões do Pará, buscando compreender as condições de acesso dessa população ao mercado de trabalho.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S955 Sumário executivo : trabalho, emprego e renda trans no Pará: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará [recursos eletrônicos] / organização Saulo Monteiro Martinho de Matos e Breno Baía. — 1. ed. — Belém : MC&G Editorial, 2025.
Dados eletrônicos (PDF)

ISBN:978-65-6115-064-4

1. Pessoas transgênero - Mercado de trabalho - Pará. 2. Pessoas transgêneras - Emprego - Pará - Estatísticas. 3. Pessoas transgêneras - Pará - Condições sociais. I. Matos, Saulo Monteiro Martinho de. II. Baía, Breno.

CDD23 : 331.40981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Saulo Monteiro Martinho de Matos
COORDENAÇÃO

Breno Baía Magalhães
VICE - COORDENAÇÃO

NÚCLEO ESTRUTURANTE DA PESQUISA

Davi Haydee Almeida Lopes
Eliana Maria de Souza Franco
Geraldo Neves Pereira de Barros
Hilder André Bezerra Farias
João Daniel Daibes Resque
Luanna Tomaz de Souza
Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva
Valena Jacob Chaves

EQUIPE DE PESQUISA

Bruna Aguiar
Gabriela Gonçalves Cabral
Camila Lourinho Bouth
Eleonora De Jesus Albuquerque Valadario
Fiama Góes Maués
Hermes Santos
Jonadson Souza
Jothan Pereira
Suzy Brito Sousa
Raquel Oliveira Gomes
Paulo Henrique Araújo da Silva

APOIO ADMINISTRATIVO

Wanilza Trindade

PROJETO EDITORIAL

Hanna Bentes

METODOLOGIA

A pesquisa, realizada **entre junho de 2022 e dezembro de 2024**, utilizou o método survey por meio de um questionário estruturado. A coleta de dados ocorreu nos anos de **2022, 2023 e 2024**, resultando em **269 respostas** abrangendo diversas mesorregiões.

BAIXO AMAZONAS

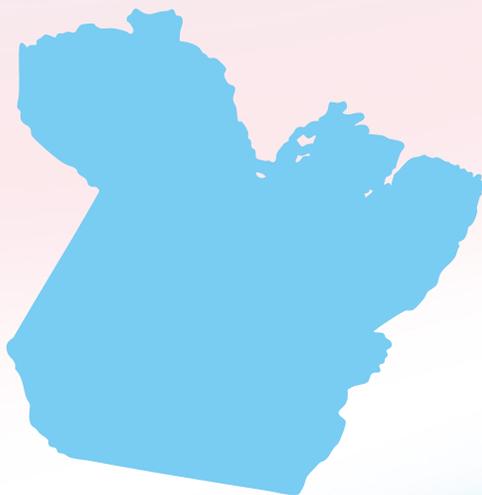
MARAJÓ

BELÉM - METROPOLITANA

NORDESTE PARAENSE

SUDOESTE PARAENSE

SUDESTE PARAENSE



CIDADES VISITADAS PELA EQUIPE DE PESQUISA:

BELÉM
CASTANHAL
SANTARÉM
BREVES
ALTAMIRA
MARABÁ
TAILÂNDIA

REGIÕES COM MOBILIZAÇÃO ONLINE:

REDENÇÃO

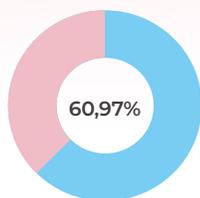


DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO POR CIDADE DE ORIGEM:

CIDADE DE ORIGEM	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI	TOTAL
BELÉM/PA	56	58	29	21	164
RESTANTE DO PARÁ	28	35	16	8	87
OUTROS ESTADOS	8	1	7	2	18
TOTAL	92	94	52	11	269

Origem da maioria:

164 pessoas - Belém/PA



Concentração urbana:

Maior presença de pessoas trans, travestis e não-binárias em áreas centrais devido ao maior acesso a serviços e redes de apoio.



Inferência populacional:

Relatório baseado na PNAD Contínua (IBGE) para garantir representatividade dos resultados.

PERFIL DA POPULAÇÃO TRANS NO PARÁ

IDENTIDADE DE GÊNERO E PERFIL RACIAL:

35%

MULHERES TRANS

47,9% SE DECLARARAM PARDAS

26,6% SE DECLARARAM PRETAS

35%

PESSOAS NÃO-BINÁRIAS

23,1% SE DECLARARAM PARDAS

25% SE DECLARARAM PRETAS

34%

HOMENS TRANS

38% SE DECLARARAM PARDOS

23,9% SE DECLARARAM PRETOS

12%

TRAVESTIS

51,6% SE DECLARARAM PARDAS

35,5% SE DECLARARAM PRETAS

41,2%

SE AUTODECLARARAM PARDAS

26%

SE AUTODECLARARAM PRETAS

FAIXA ETÁRIA DAS POPULAÇÕES PARTICIPANTES

20 a 24 ANOS

Representa **30,8%** do total. Maior incidência das **pessoas não-binárias**, das quais **50%** estão nesse intervalo.

25 a 29 ANOS

Representa **23%** do total. Maior representatividade entre **homens trans**, com **32,6%** nesse grupo.

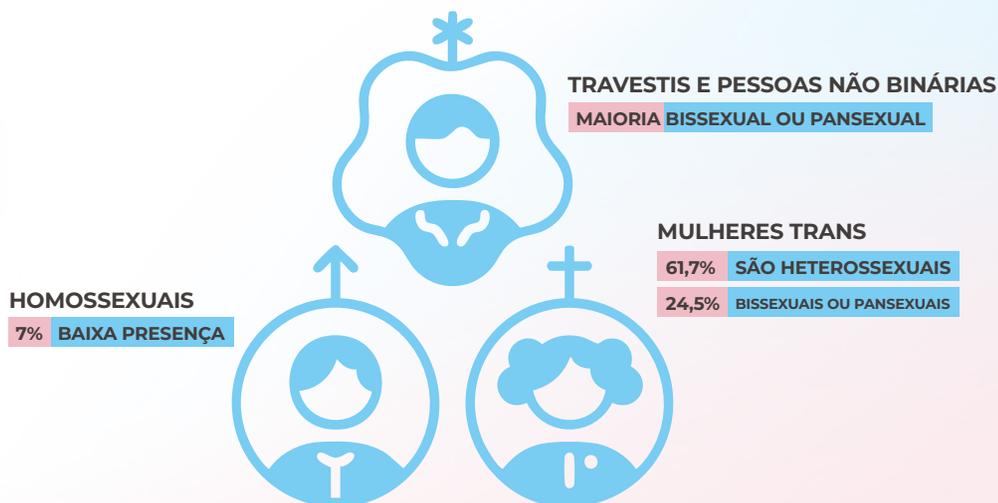
Aumento na faixa etária das travestis: Diferente de outros grupos, o número de respondentes travestis cresce a partir dos 40 anos.

Superação da barreira da expectativa de vida: Mulheres trans e travestis pardas do Pará estão ultrapassando os 35 anos, um marco importante.

Desafios para homens trans pretos: Esse grupo ainda enfrenta dificuldades para superar essa mesma idade.

Formato da pesquisa: A pesquisa foi realizada por meio de questionários com perguntas previamente definidas.

IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL



A identidade de gênero influencia a orientação sexual.

ESTADO CIVIL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

83,6%

SOLTEIRO/A/E

10,7%

UNIÃO ESTÁVEL

4%

CASADO/A/E

1,3%

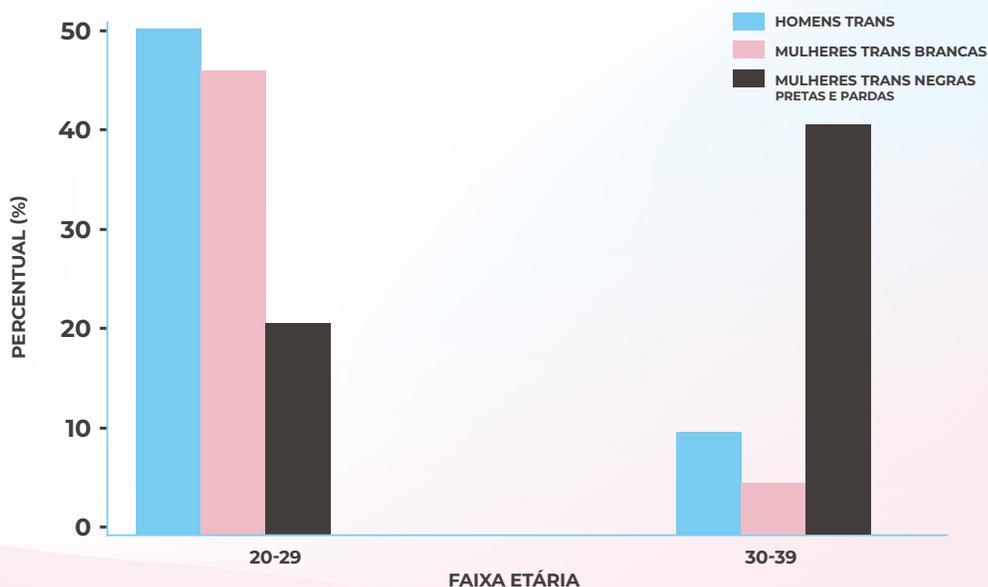
DIVORCIADO/A/E

Homens trans e pessoas não-binárias: Maior probabilidade de relacionamentos afetivos - casamentos ou uniões estáveis.

Tendência: Os relacionamentos afetivos ocorrem principalmente na juventude.

IDADE, IDENTIDADE DE GÊNERO E COR

DISTRIBUIÇÃO DE FAIXA ETÁRIA POR IDENTIDADE DE GÊNERO E RAÇA/COR



A distribuição etária da população trans pode ser usada para inferir padrões geracionais e de acesso à saúde e outros serviços essenciais.

PONTOS IMPORTANTES



Maioria dos respondentes: Na faixa etária de 20 a 29 anos (homens e mulheres).



Juventude: Período crítico para a afirmação da identidade de gênero e as vulnerabilidades associadas.



Mulheres trans negras: Maior expectativa de vida ou transição de gênero mais tardia.

Intersecção entre identidade, gênero e raça: A concentração de mulheres trans pardas entre 30 e 39 anos **reforça a urgência de políticas que considerem raça e gênero**, assegurando suporte à transição tardia e à ampliação da expectativa de vida.

RENDA DA POPULAÇÃO TRANS NO PARÁ

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DAS FAIXAS DE RENDA FAMILIAR MENSAL:

W

RENDA FAMILIAR MENSAL	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
SEM RENDA PRÓPRIA	1%	0%	4%	18%
R\$600 - R\$1.200	33%	39%	21%	43%
R\$1.500 - R\$2.400	14%	11%	21%	9%
R\$1200 - R\$1.500	18%	21%	12%	17%
ACIMA DE R\$2.400	34%	28%	42%	14%
TOTAL GERAL	100%	100%	100%	100%



Maioria das famílias consultadas: Recebe até um salário-mínimo.



Travestis: Apenas 14% recebem acima de 2 salários-mínimos.



Pessoas não-binárias: 42% recebem acima de 2 salários-mínimos.

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DAS FAIXAS DE RENDA PESSOAL MENSAL:

RENDA PESSOAL MENSAL	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
SEM RENDA PRÓPRIA	30%	16%	25%	38%
R\$600 - R\$1.200	30%	58%	29%	44%
R\$1.500 - R\$2.400	17%	11%	12%	6%
R\$1200 - R\$1.500	19%	10%	15%	4%
ACIMA DE R\$2.400	4%	6%	19%	8%
TOTAL	100%	100%	100%	100%



Não-binários: 19% recebem acima de 2 salários-mínimos.



Travestis: 38% sem renda.



Mulheres trans: 58% recebem até 1 salário-mínimo.

GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERA DO PARÁ

ENSINO SUPERIOR COMPLETO:

37% das pessoas não-binárias.

28% das travestis.

23% dos homens trans.

14% das mulheres trans.

ENSINO MÉDIO/SUPERIOR/EDUCAÇÃO BÁSICA:

27% das mulheres trans não concluíram o ensino médio.

35% das travestis não concluíram a educação básica.

32% das travestis ingressaram no ensino superior.

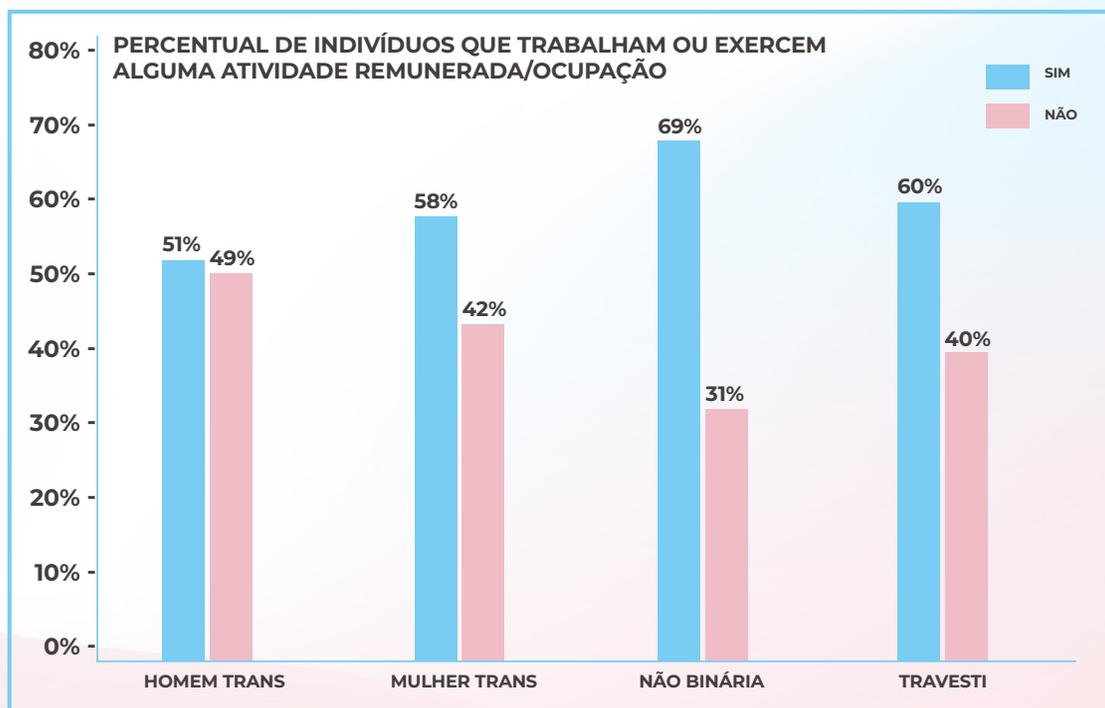
GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERA DO PARÁ

FORMAÇÃO TÉCNICA:

POSSUI FORMAÇÃO TÉCNICA	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
SIM	43%	62%	37%	30%
NÃO	57%	39%	63%	71%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

A discrepância entre **mulheres trans (62%)** e **travestis (30%)** pode estar associada à marginalização da identidade travesti.

CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO TRANS DO PARÁ NO MERCADO DE TRABALHO



Pessoas travestis enfrentam os maiores índices de exclusão do mercado formal de trabalho devido à **marginalização estrutural**.

DADOS SOBRE SITUAÇÃO DE DESEMPREGO E SUA RELAÇÃO TEMPORAL

TEMPO DE DESEMPREGO - ACIMA DE 5 ANOS:

49,2% TRAVESTIS

38,2% MULHERES TRANS

14,6% HOMENS TRANS

EMPREGABILIDADE ATUAL:

61,4% PESSOAS NÃO BINÁRIAS — MAIOR TAXA DE EMPREGABILIDADE

40,7% HOMENS TRANS

35,6% MULHERES TRANS

19% TRAVESTIS — ALTA PRESENÇA NO TRABALHO INFORMAL

DADOS SOBRE TIPO DE VÍNCULO E SITUAÇÃO DE TRABALHO

VÍNCULO	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
CLT	18%	11%	17%	8%
DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO	20%	16%	12%	14%
DESEMPREGO VOLUNTÁRIO	1%	4%	4%	4%
TRABALHO DOMÉSTICO	5%	0%	6%	0%
ESTUDANTE COM BOLSA	20%	7%	21%	16%
ESTUDANTE SEM BOLSA	19%	7%	21%	14%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	6%	9%	10%	4%
TRABALHADOR INFORMAL	28%	48%	44%	58%
MEI	7%	0%	8%	6%
PROFISSIONAL LIBERAL	3%	7%	8%	1%

A informalidade é alta entre mulheres trans, pessoas não binárias e travestis, enquanto homens trans apresentam menor percentual.

DADOS SOBRE ATIVIDADES SECUNDÁRIAS PARA COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA

ATIVIDADE SECUNDÁRIA	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
SIM	69%	65%	54%	51%
NÃO	31%	35%	46%	49%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Nos grupos de pessoas trans, observa-se uma maior concentração de renda proveniente de uma única atividade remunerada, com **69% dos homens trans e 65% das mulheres trans** não exercendo outra atividade complementar.

DADOS SOBRE PESSOAS QUE EXERCEM ATIVIDADE SEXUAL COMO FONTE ALTERNATIVA DE RENDA

ATIVIDADE SEXUAL	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO	89%	43%	88%	39%
PREFIRO NÃO RESPONDER	2%	0%	0%	0%
SIM	10%	58%	12%	61%
TOTAL	100%	100%	100%	100%



61% das travestis e 58% das mulheres trans afirmam ter se envolvido em atividades sexuais como fonte de sustento, o que pode indicar uma situação de “prostituição compulsória”.



A falta de oportunidades no mercado de trabalho formal e a hipersexualização dessas pessoas são fatores que contribuem para essa realidade.



A atividade sexual como alternativa de renda é significativamente mais prevalente entre travestis (61%) e mulheres trans (58%) em comparação com homens trans (10%) e pessoas não binárias (12%).

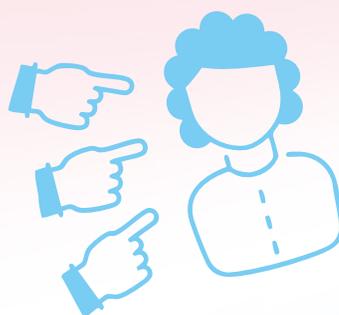
DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO TRABALHO: PERCENTUAL DE PESSOAS AFETADAS

Pessoas não-binárias: 42,31%
nunca vivenciaram discriminação no
trabalho por identidade de gênero.

Travestis: 90,40% sofreram
discriminação no trabalho ao
menos uma vez.

Mulheres trans: 60,8% relataram
experiências de discriminação,
posicionando-se mais próximas
das pessoas não-binárias.

Homens trans: 75,7%
afirmaram já ter vivenciado
discriminação no trabalho.



DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO: PERCENTUAL DE VÍTIMAS POR TIPO DE AGRESSOR

TIPO DE AGRESSOR	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
CLIENTES	41%	38%	25%	66%
COLEGAS DE TRABALHO	56%	30%	38%	57%
CHEFIA	37%	18%	25%	35%

Cada grupo de identidade de gênero enfrenta violência de diferentes categorias de sujeitos, e a experiência de cada grupo é sensivelmente distinta.

“

Travestis percebem o ambiente de trabalho como mais excludente e hostil, o que se reflete em maior propensão ao trabalho informal e em períodos mais longos de desemprego.

IMPACTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS

PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE JÁ DEIXARAM DE SER CONTRATADOS POR CONTA DA SUA IDENTIDADE DE GÊNERO	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO, NUNCA	31%	34%	63%	27%
SIM, UMA VEZ OU MAIS	70%	66%	37%	73%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Segundo a tabela, 63% das pessoas não-binárias nunca foram preteridas na contratação devido à identidade de gênero. Em contraste, a maioria das pessoas travestis (73%), homens trans (70%) e mulheres trans (66%) relataram não terem sido contratadas por essa razão.

VIOLÊNCIA FÍSICA E VERBAL NO TRABALHO RELACIONADA À IDENTIDADE DE GÊNERO

TRAVESTI:



35%

SOFRERAM VIOLÊNCIA FÍSICA E VERBAL

57%

SOFRERAM APENAS VIOLÊNCIA VERBAL

8%

NUNCA SOFRERAM VIOLÊNCIA

MULHER TRANS:



23%

SOFRERAM VIOLÊNCIA FÍSICA E VERBAL

27%

SOFRERAM APENAS VIOLÊNCIA VERBAL

48%

NUNCA SOFRERAM VIOLÊNCIA

NÃO BINÁRIA:



6%

SOFRERAM VIOLÊNCIA FÍSICA E VERBAL

37%

SOFRERAM APENAS VIOLÊNCIA VERBAL

58%

NUNCA SOFRERAM VIOLÊNCIA

HOMEM TRANS:



16%

SOFRERAM VIOLÊNCIA FÍSICA E VERBAL

44%

SOFRERAM APENAS VIOLÊNCIA VERBAL

39%

NUNCA SOFRERAM VIOLÊNCIA

Enquanto **58% das pessoas não-binárias** nunca sofreram violência no trabalho devido à identidade de gênero, apenas **8% das pessoas travestis** relatam o mesmo.

Além disso, **35% das pessoas travestis** já enfrentaram violência física e verbal, e **57%** sofreram apenas violência verbal.

PERCENTUAL DE PESSOAS RESPEITADAS EM SEU AMBIENTE DE TRABALHO QUANTO AO USO DO PRONOME DE GÊNERO

PERCENTUAL DE PESSOAS RESPEITADAS EM SEU AMBIENTE DE TRABALHO QUANTO AO USO DO PRONOME DE GÊNERO	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
SIM, SEMPRE	49%	63%	38%	43%
ÀS VEZES	38%	28%	38%	48%
NÃO, NUNCA	13%	9%	23%	10%



Respeito aos pronomes: Mulheres trans recebem mais respeito (63%), enquanto homens trans (13%) e pessoas não-binárias (23%) enfrentam mais resistência.



A alta taxa de desrespeito aos pronomes não-binários **indica barreiras significativas** ao reconhecimento formal dessas identidades.



Inclusão no trabalho: O uso correto dos pronomes reflete respeito e impacto no bem-estar das pessoas trans.

A POPULAÇÃO TRANS NO PARÁ E O ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS E À SAÚDE

RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO DO GOVERNO:

PERCENTUAL DE ENTREVISTADOS SEGUNDO A OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO DO GOVERNO	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO	83,3%	74,4%	94,2%	66,7%
SIM	16,7%	25,6%	5,8%	33,3%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

No total, 80,5% dos entrevistados não recebem benefícios governamentais, com maior vulnerabilidade entre pessoas não-binárias (94,2%), seguidas por homens trans (83,3%) e mulheres trans (74,4%).

RETIFICAÇÃO DO NOME NO REGISTRO CIVIL:



49%

DOS HOMENS TRANS REALIZARAM A RETIFICAÇÃO

48%

DAS MULHERES TRANS FIZERAM A RETIFICAÇÃO

39%

DAS TRAVESTIS RETIFICARAM O NOME

USO EXCLUSIVO DO NOME SOCIAL EM DOCUMENTOS FORMAIS:

50%

DAS TRAVESTIS UTILIZAM APENAS O NOME SOCIAL

43%

DOS HOMENS TRANS ADOTAM ESSA PRÁTICA

PESSOAS QUE NÃO REALIZARAM A RETIFICAÇÃO:



54%

DAS PESSOAS NÃO-BINÁRIAS NÃO RETIFICARAM O NOME.

8%

DOS HOMENS TRANS NÃO REALIZARAM A RETIFICAÇÃO.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A RETIFICAÇÃO DE GÊNERO NO REGISTRO CIVIL:

RETIFICAÇÃO DE GÊNERO	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO	52%	55%	90%	61%
SIM	48%	45%	10%	39%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

FREQÜÊNCIA DE USO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR GRUPO:



46% HOMENS TRANS

65% MULHERES TRANS

56% PESSOAS NÃO BINÁRIAS

67% TRAVESTIS — **GRUPO MAIS FREQUENTE**

FREQÜÊNCIA GERAL DE USO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE:



57% ACESSAM FREQUENTEMENTE

21% BUSCAM APENAS EM EMERGÊNCIAS

19,8% ACESSAM RARAMENTE

“

Pessoas trans **ainda enfrentam barreiras no acesso a serviços de saúde**, apesar da alta demanda.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS CONFORME O ACESSO A ATENDIMENTO PSICOLÓGICO:

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO TENHO	40%	49%	35%	42%
RARAMENTE	18%	16%	12%	34%
SIM, FREQUENTEMENTE	42%	35%	54%	23%

O acesso ao atendimento psicológico é desigual, com homens trans apresentando equilíbrio, mulheres trans enfrentando maior dificuldade e, no geral, 43,1% sem acesso, 40,8% com uso regular e 16% acessando raramente.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS CONFORME O ACESSO A PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO:

INDIVÍDUOS QUE REALIZARAM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO	84%	77%	94%	70%
SIM	16%	25%	6%	30%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

A realização de cirurgias de transição é semelhante entre homens e mulheres trans, enquanto pessoas não-binárias representam um percentual ínfimo e travestis apresentam números expressivos; no geral, 82,1% não têm acesso aos procedimentos, e apenas 17,9% os realizaram.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O ACESSO A PROCEDIMENTOS HORMONAIS:

PERCENTUAL DE PROCEDIMENTO HORMONAL	HOMEM TRANS	MULHER TRANS	NÃO-BINÁRIA	TRAVESTI
NÃO	36%	21%	71%	39%
SIM	64%	79%	29%	61%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

As mulheres trans lideram o uso de hormônios para transição de gênero, seguidas por homens trans, travestis e pessoas não-binárias, com 61% dos entrevistados afirmando acessar procedimentos hormonais.

CONCLUSÃO

→	Perfil da população trans no Pará: Predominância de pessoas negras (60%) e jovens (15-29 anos).
→	Orientação sexual: Maioria heterossexual, seguida por bissexuais e pansexuais, especialmente entre homens trans e pessoas não-binárias.
→	Conflito familiar e precariedade econômica: Muitas pessoas vivem com até um salário-mínimo e enfrentam dificuldades de cuidado familiar.
→	Acesso à saúde: Dificuldade para acessar serviços básicos, como acompanhamento psicológico e tratamentos hormonais.
→	Vulnerabilidade à violência: Alta exposição a violência física e moral, especialmente travestis, com impactos na expectativa de vida.
→	Educação: Desigualdade no acesso à educação, com baixa conclusão de ensino fundamental/médio, embora algumas pessoas não-binárias possuam ensino superior.
→	Mercado de trabalho: Alta taxa de desemprego e trabalho informal, com travestis mais marginalizadas.
→	Vulnerabilidade das travestis: Maior marginalização devido a raça, classe e gênero, exigindo políticas específicas para essa população.



Clique no ícone e confira o estudo completo:



PROPOSIÇÕES & AÇÕES

1. CAPACITAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS:

- Treinamento obrigatório para servidores públicos sobre identidade de gênero e respeito.
- Incentivo a capacitações em empresas privadas.
- Parceria com ONGs para oficinas e palestras.

2. AUXÍLIOS ESTUDANTIS PARA PESSOAS TRANS:

- Apoio financeiro para moradia, alimentação e transporte.
- Campanhas contra transfobia nas escolas.
- Acompanhamento e suporte psicológico para evitar evasão.

3. COTAS PARA PESSOAS TRANS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS:

- Reservas de vagas para graduação e pós-graduação.
- Monitoramento e combate a fraudes.
- Programas de apoio acadêmico.

4. MOBILIZAÇÃO PARA APROVAÇÃO DE LEIS PRÓ-EMPREGABILIDADE:

- Incentivos fiscais para empresas que contratem pessoas trans.
- Qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo.
- Programas de estágio e trainee exclusivos.

5. CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- Observatório no âmbito dos Estados e dos Municípios.
- Relatórios periódicos para embasar políticas públicas.

6. FLUXO DE COMBATE À VIOLÊNCIA:

- Atendimento especializado para vítimas de violência.
- Delegacias especializadas para casos de transfobia.
- Acompanhamento jurídico e psicológico para vítimas.

7. CAMPANHAS GOVERNAMENTAIS CONTÍNUAS:

- Divulgação de materiais educativos contra a transfobia.
- Eventos culturais para visibilidade trans.
- Parceria com influenciadores digitais.

8. CENTROS DE APOIO SOCIAL E ECONÔMICO:

- Serviços psicológicos, jurídicos e de qualificação profissional.
- Microcrédito para empreendedorismo.
- Programas de moradia digna.

9. PROGRAMA ESTADUAL DE COMBATE AO RACISMO E LGBTFOBIA:

- Cotas para trans negras e indígenas no mercado de trabalho.
- Mentoria e fortalecimento de lideranças trans.
- Inclusão em programas de transferência de renda.

10. INCLUSÃO DE DADOS SOBRE GÊNERO E RAÇA NOS SISTEMAS PÚBLICOS:

- Atualização de bancos de dados para monitorar políticas trans.
- Uso de estatísticas para embasar políticas públicas.

11. PROGRAMA DE CIDADANIA TRANS (LEI):

- Proposta de lei para garantir autonomia financeira e qualificação profissional.
- Participação ativa da população trans na formulação do programa.

12. FOMENTO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAS TRANS POR EMPRESAS:

- Plataformas para conectar pessoas trans ao mercado de trabalho.
- Incentivos fiscais para empresas inclusivas.

13. INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NO ORÇAMENTO ATUAL:

- Destinação de verba específica para políticas trans.
- Monitoramento e transparência na execução do orçamento.

“

Políticas públicas inclusivas são essenciais para garantir os direitos e a dignidade da população trans.



vid

TRA

impor

as

ANS

rtam!



Programa de
Empregabilidade
e Formação
ICRTE

